

PROFESSOR:	
ALUNO:	
DATA:	

FOLHA DE REDAÇÃO

1	A Constituição Federal de 1988 promete igualdade para todos os brasileiros. No
2	entanto, a persistência da desigualdade social mostra que essa promessa ainda não se
3	concretizou na prática. Isso ocorre porque o respeito aos direitos humanos não pode
4	depender do "bom senso" ou da bondade individual, mas sim de leis rígidas que obriguem a
5	justiça. Nesse contexto, é preciso analisar como a falha da moral individual e a
6	necessidade de proteção legal são fundamentais para combater as disparidades no país.
7	Em primeiro lugar, é um erro acreditar que a empatia das pessoas, sozinha,
8	resolveria a desigualdade. Historicamente, grupos em situação de privilégio raramente
9	abrem mão de suas vantagens por vontade própria. Segundo o conceito de "Contrato
10	Social" de Thomas Hobbes, o ser humano precisa de leis e de um Estado forte para
11	organizar a convivência, pois, sem regras, prevalece a vontade do mais forte. Dessa
12	forma, esperar que a sociedade se torne justa apenas pela consciência de cada um é
13	utópico; a lei existe justamente para garantir o direito de quem a maioria, muitas vezes,
14	escolhe ignorar.
15	Além disso, as leis protetivas funcionam como um escudo necessário para grupos
16	vulneráveis. Quando existe uma legislação específica, como a Lei Maria da Penha ou as
17	cotas, o direito deixa de ser um "favor" e passa a ser uma obrigação. Nesse sentido, a
18	eficácia dessas garantias legais reside no fato de que elas não dependem de alguém ser
19	"bom" ou "ruim", mas sim do cumprimento da norma técnica. Logo, fortalecer o sistema
20	jurídico é o único caminho seguro para garantir que a desigualdade seja combatida de
21	forma objetiva, punindo quem desrespeita o próximo e protegendo quem mais precisa.
22	Portanto, para combater a desigualdade, o foco deve estar no fortalecimento das
23	instituições. O Governo Federal deve investir mais verbas na fiscalização das leis já
24	existentes e no apoio às Defensorias Públicas. Essa ação deve ser feita por meio de
25	concursos para mais defensores e da criação de canais de denúncia mais acessíveis em
26	áreas pobres. O objetivo é garantir que a justiça alcance a todos, independentemente da
27	vontade alheia. Assim, a igualdade deixará de ser apenas um texto na Constituição e se
28	tornará uma realidade garantida pelo Estado.
29	
30	